

tratados. E atribuem a “onda de denúncias” a causas políticas. Sem citar nomes, a Infraero se diz vítima de “manipulação de viés político ou econômico que visa abalar um patrimônio do povo brasileiro para a satisfação de interesses possivelmente inconfessáveis”.

Na opinião do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) o fato de a Infraero alegar que ainda não existe condenação, ou seja, fato transitado em julgamento, não a exime de dar satisfação à opinião pública sobre as denúncias. O senador, que já foi procurador do estado de Goiás, lembra que mesmo nessa fase de investigação é possível decretar a prisão preventiva dos envolvidos e pedir a indisponibilidade de bens dos investigados entre outras medidas judiciais. “O fato de não se ter ainda uma medida definitiva (julgamento) não quer dizer que sejam inocentes. A presunção de que ocorreram delitos é muito contundente. Isso é desculpa de futuro condenado”, afirma o senador que é favorável à abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar as causas que levaram ao “Apagão Aéreo”. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI), primeiro parlamentar a requerer uma audiência pública para debater a crise na aviação no Senado, também concorda que a Infraero deve prestar contas à sociedade e explicar a “enxurrada” de denúncias.

Essas denúncias, no entanto, deram munição política à oposição que vem brigando no Congresso pelo direito de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas dos Apagão Aéreo no Brasil. O governo, por sua vez, tenta impedi-la de todas as formas. Mas a pressão da opinião pública, o agravamento da crise, as denúncias contra a Infraero e o parecer favorável pela CPI do procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, tornaram inevitável a instalação da CPI. Com 34 assinaturas de senadores foi encaminhado ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, no último dia 18 de abril, o pedido de instalação da CPI. O documento encaminhado a Calheiros pede a criação da Comissão com prazo de 180 dias de funcionamento, composta por 13 senadores, com dotação orçamentária

estimada em R\$ 200 mil. O colegiado proposto deverá investigar e apurar “as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007”.

O governo Lula teme que a instala-

ra e outra no Senado. O senador Wellington Salgado (PMDB-MG), integrante da base governista, disse achar estranho que a União venha a gastar recursos financeiros com duas comissões de inquérito com o mesmo objetivo. A instalação de duas CPIs, uma na Câmara e outra no Senado é, na opinião do senador Heráclito Fortes, apenas um detalhe. “Só não pode é o Congresso Nacional ser conivente com a paralisação e a omissão do governo que beira a irresponsabilidade”. Para o SNEA (Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias), a polêmica sobre a instalação

Orçamento de Investimento da Infraero

Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais

PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual)	2007
Investimento em aeroportos	(R\$ mil)
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária *	618.889
Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo	1.496
Investimentos em Infra-Estrutura de Apoio	32.553
Total	652.938

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

*CORRESPONDE A PREVISÃO PARA AS SEGUINTE OBRAS:

EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ	20.000
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO DE GOIÂNIA	25.080
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO SANTOS DUMONT	62.965
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE NATAL	24.314
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS	850
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACEIÓ	1.000
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA	38.218
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FORTALEZA	8.027
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE JOÃO PESSOA	18.874
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR	10.820
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE AFONSO PENA - CURITIBA (PR)	600
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL CRUZEIRO DO SUL (AC)	17.180
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO VITÓRIA (ES)	39.180
EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BOA VISTA (RR)	6.370
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO DE CUIABÁ (MT)	9.600
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP)	60.281
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS (SP)	39.648
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS (SP)	11.438
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE RECIFE (PE)	1.951
MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	207.952
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	14.541

ção da CPI, além dos seus inconvenientes políticos, leve à paralisação do seu principal projeto, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A oposição, por sua vez, se instalada a Comissão, tentará repetir a performance que teve durante a CPI dos Correios e que produziu estragos na base governista, com a cassação de vários deputados acusados de receberem o “mensalão”. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que os problemas na aviação brasileira podem voltar a qualquer momento, por isso a necessidade da CPI. Ele avaliou que o mais provável é que coexistam duas comissões do Apagão Aéreo, uma na Câmara

de uma CPI para investigar a crise na aviação brasileira é uma questão secundária e restrita ao meio político. As empresas representadas pelo SNEA temem, na verdade, os efeitos que poderão recair sobre o setor em uma eventual CPI criada com acentuado componente político. Há o receio de que, instalada uma CPI, todos os projetos de interesse das companhias aéreas fiquem prejudicados. Tramitam no Congresso várias iniciativas que envolvem desde a aviação de pequeno porte à aviação comercial, como a redução de impostos, importação de peças e mudanças na legislação do setor. Até o fechamento desta edição ainda não havia sido instaurada a CPI do Apagão Aéreo.